

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

BEATRIZ KINAP

**Como a Alfabetização na Educação Infantil se apresenta na Base
Curricular Comum da Educação**

CURITIBA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

BEATRIZKINAP



Como a Alfabetização na Educação Infantil se apresenta na Base Curricular Comum da Educação

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Simoni Vilant de Biasi

CURITIBA

2016

Como a Alfabetização na Educação Infantil se Apresenta na Base Curricular Comum da Educação

Beatriz Kinap¹

RESUMO

Este artigo apresenta o entendimento de alfabetização na Educação Infantil a partir da Base Nacional Comum. O objetivo desse estudo é subsidiar os professores na discussão sobre a temática. Uma vez entendido o que as crianças precisam saber e de que forma, fica mais fácil estabelecer o necessário para isso acontecer.

Palavras-chave: Base Nacional Comum; Educação Infantil; Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto atual da elaboração da Base Nacional Curricular Comum e de algumas ausências afirmativas sobre a alfabetização na Educação Infantil a formação continuada que buscamos realizar no CMEI seja uma das alternativas para a melhoria das ações pedagógicas realizadas na Educação Infantil. Além de contribuir com a reflexão e a (re) organização da prática pedagógica, ela é feita a partir das necessidades e interesse da comunidade escolar que neste momento anseia por conhecimento sobre a BNCC.

Sabemos que muitos são os desafios postos pela educação, e que grande é a insatisfação e a insegurança do professor frente a eles. Segundo Freire “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. Agente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (FREIRE, 1991, p. 589), a formação permanente é uma conquista da maturidade, diz respeito à consciência do ser.

¹Artigo produzido por Beatriz Kinap do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Simoni Vilant de Biasi. E-mail: bia.bia.bia.bia@bol.com.br

Para compreender as opiniões divergentes que surgem acerca do entendimento sobre alfabetização na Educação Infantil apresentados na Base Nacional Curricular Comum de Educação Infantil – BNCEI se faz necessários aprofundamentos e dentre eles os realizados dentro das formações continuadas na Instituição.

2 O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM

A Base Nacional Comum está prevista na Constituição Federal de 1988. É uma política educacional que se fortalece no Plano Nacional de Educação, nos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo deixar claro o conhecimento e habilidades essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde a educação infantil até o ensino médio.

Obter uma base curricular comum é fundamental para reduzir as desigualdades educacionais de uma nação. Ao definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar, as expectativas de aprendizado e critérios de qualidade ganham transparência e podem ser aplicados e cobrados com maior eficiência, de todos os envolvidos com a educação.

A Base também prevê que parte do currículo poderá ser preenchida com assuntos locais, o que também faz da base um instrumento efetivo da preservação e valorização da cultura regional dos quatro cantos do Brasil. Mas nunca deixando de garantir o que está na Base Nacional Comum.

O objetivo também da Base é dar acesso aos pais e responsáveis, de forma transparente, os conhecimentos e habilidades que os alunos deverão saber ao final de cada ano letivo. Isso facilitará tanto o papel da família, que acompanhará mais de perto o desempenho dos filhos, como também dos professores, que planejarão melhor as aulas, as trocas de experiências e as avaliações, identificando deficiências e soluções com mais agilidade.

A construção da Base Nacional Curricular iniciou com o documento pelo Ministério da Educação (MEC) em junho de 2015, com Base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em colaboração com membros das secretarias municipais e estaduais

de educação, acadêmicos especialistas nas disciplinas e professores de educação básica.

Em setembro de 2015, o documento foi deixado para qualquer cidadão pudesse fazer comentários, sugestões ou críticas. Até março de 2016, o MEC recebeu inúmeras solicitações de intervenções. Então acordo com o cronograma do Plano Nacional da Educação (PNE), o documento finalizado deverá seguir para apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em junho de 2016.

Entre os avanços, destaca-se a divisão da Educação Infantil em três grupos, de acordo com a faixa etária. Essa nova divisão é de zero (00) a dezoito (18) meses, dezoito (18) meses a quatro (04) anos, e de quatro (04) a seis anos (06) deixa mais claro o que se deve ter como objetivo em cada etapa da Educação Infantil.

No seu cotidiano das Instituições de Educação Infantil, professoras da educação infantil experimentam dúvidas, ansiedades e inseguranças relacionadas à linguagem escrita e ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido. De um lado, vêm pressionadas pelas exigências e comparações feitas pelas famílias, pelos gestores, pelos políticos ou pelos profissionais que atuam em etapas educacionais posteriores. De outro lado, deparam-se com a ausência de referenciais teóricos e práticos que as ajudem a compreender melhor a relação entre a criança de zero a seis anos, a prática pedagógica e o processo de apropriação da linguagem escrita/alfabetização/letramento. São frequentes as perguntas, tais como: é adequado trabalhar aspectos relacionados à leitura e à escrita com grupos de crianças menores que freqüentam a educação infantil? Que trabalho pedagógico voltado para o aprendizado da leitura e da escrita a educação infantil pode ou deve assegurar? É possível ou desejável promover situações de aprendizagem que envolva a leitura e a escrita para todos os grupos de crianças que compõem a educação infantil?

A Base Nacional Curricular Comum da Educação Infantil que deveria trazer como um documento atualizado para os professores da Educação Infantil uma explanação afirmativas sobre a aprendizagem que ocorrem com a alfabetização, entretanto traz pouca ênfase na alfabetização deixando muito geral os objetivos organizados.

O desejo de compreender e de se apropriar do sistema de escrita é fruto da interação da criança com a cultura escrita. O convívio, a criança vai elaborando seu conceito de língua escrita, compreendendo, as diferentes funções do ler e do

escrever, ampliando seu conhecimento de letras e números, aprendendo a fazer distinções quanto a gêneros e portadores de textos (Soares, 2009).

É importante, também, considerar que o trabalho com a leitura e a escrita na educação infantil deve estar comprometido com o direito de a criança expandir seu conhecimento. Para que isso ocorra, a prática pedagógica deve promover situações significativas em relação à cultura letrada e à cultura infantil. Em suma, o trabalho com a linguagem escrita na educação infantil deve realizar-se por meio de estratégias de aprendizagem capazes de respeitar as características da infância, considerando os significados que a linguagem escrita adquire para os sujeitos que vivenciam essa fase da vida.

3 ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM

Não se entende alfabetização na base Nacional Curricular, como amplo processo que inclui brincadeira e interações e acompanha a criança desde seu nascimento, como leitura do mundo, até a aquisição sistemática de códigos da cultura relacionados à escrita, leitura e cálculo (KISHIMOTO, 2010; KISHIMOTO; PINAZZA; MORGADO; TOYOFUKI, 2011). A prevalência da visão de alfabetização como ensino sistemático da leitura, escrita e cálculo, distante do todo educacional que lhe dão significado, evidencia, ainda, a pouca compreensão sobre essa temática e afasta profissionais de práticas de alfabetização no contexto da educação infantil. Nota-se a pouca escuta das crianças, que são diferentes e inúmeras, e que, por participarem de ambientes letrados, já estão avançando em seu processo de letramento e demandam apoio das professoras para avançar nesse campo.

Em oposição, outras crianças vindas de ambientes pouco letrados dependem da ajuda do adulto para se inserir nesse universo, que é direito de todas elas. Mudanças nessa questão demandam ampla discussão e processos formativos principalmente dentro das Instituições com formações continuadas. Não basta a definição de campos de experiência e objetivos de aprendizagem sobre a alfabetização ou letramento como está apresentado na Base, mas sim solidez em afirmar o que queremos com a alfabetização e seu conceito bem explícito para que todos tenham o entendimento da alfabetização na educação infantil.

A concepção defendida é que a criança tem o direito de se apropriar de todas as linguagens, não apenas a escrita, mas também a oral e a corporal. Devendo sempre partir das brincadeiras e das interações, essenciais para a comunicação na primeira infância.

Entretanto o documento da Base Nacional Curricular atribui pouca ênfase a intencionalidade educativa e acaba deixando muito genérica a compreensão de quais são efetivamente as aprendizagens presentes em cada um dos objetivos formulados na Educação quanto à alfabetização.

Como afirma Aline Ribeiro no Seminário da Undime realizado no dia 18 a 21 de janeiro de 2016 “o foco da alfabetização na Base precisa ser aumentado, dando maior profundidade”. [\(colocar referência\)](#) Beatriz Ferraz também fala sobre o texto da Base que o mesmo não apresenta uma intencionalidade para a ação do professor na relação com a criança: “a avaliação que a gente faz é que está falta de intencionalidade explícita pode estar revelando um receio de assumir que a criança aprende coisas específicas neste período da vida dela quando ela frequenta uma Instituição de Educação Infantil”. [Tem que colocar referência. Site onde tirou isso...](#)

As pesquisas realizada por Kishimoto (2010) indica que o sucesso do letramento/alfabetização como prática social na educação infantil depende de fatores como: harmonia entre os letramentos/alfabetização da casa e da creche/pré-escola, variedade de formas de letramento/alfabetização, qualidade nos ambientes de educação, cuidado com a criança pequena, abordagens baseadas no brincar e na cultura popular e definição de uma política nacional voltada para o letramento/alfabetização como prática social, que é diversa da definição de data fixa para sua aquisição.

Somada a essa preocupação, a ausência de intencionalidades e orientações educativas específicas para as faixas etárias de 0 a 3 anos e de 3 a 5 anos também não contribui para a atuação do professor em vistas a promoção do desenvolvimento e das aprendizagens almejadas na alfabetização. Por fim, destaca-se a importância de incorporar elementos do desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil.

É preciso considerar o interesse, a vontade de ler e escrever da criança da Educação Infantil. Enfatizar objetivos de aprendizagem com ênfase na linguagem escrita não significa alfabetizar na Educação Infantil Existem aprendizagens altamente significativas a serem construídas pelas crianças nesse momento de suas vidas (cuidar para não se perder na polarização da recreação x escolarização).

Nesse sentido a Educação Infantil, tais quais os demais níveis de ensino é responsável é essencial por dar condições para o desenvolvimento cultural e psíquico do sujeito, permitindo-lhe alcançar as capacidades humanas existentes em determinados momentos de cada história. Assim uma das finalidades deste nível de escolaridade é enriquecer o processo de letramento e estimular seu processo de alfabetização, não aponto aqui uma antecipação da escolarização muito menos desrespeitando o tempo de infância: apenas apontando a relação de indissociabilidade e interdependência entre os dois processos. Desse modo, “trata-se de admitir a possibilidade de alfabetizar letrando e letrar alfabetizando, de forma significativa, prazerosa e desafiadora, também para as crianças pequenas, de acordo com as possibilidades desse nível de escolaridade” (LUCAS, 2008,p.299).

Segundo dois artigos de Kramer e Abramovay (1983; 1985). No primeiro, intitulado “A pré-escola alfabetiza?”, as autoras enfatizam a necessidade de se entender a alfabetização em sentido amplo e restrito para definir a função desse nível de escolaridade. Em sentido amplo, competiria à pré-escola desenvolver diferentes atividades que facilitassem a aprendizagem da leitura e da escrita. O sentido restrito refere-se à aprendizagem da leitura e da escrita propriamente dita, da qual a pré-escola não precisa obrigatoriamente se ocupar, dizem as autoras.

No segundo artigo, intitulado “Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade”, as autoras ao tratarem a alfabetização na pré-escola como uma exigência ou uma necessidade, conceituam-na como um processo amplo e em construção. Para Kramer e Abramovay (1985), a alfabetização é:

[...] um processo ativo de leitura e interpretação, onde a criança só decifra o código escrito, mas também o compreende, estabelece relações, interpreta. Desse ponto de vista, alfabetizar não se restringe à aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo, mas começa no momento da própria expressão, quando as crianças falam de sua realidade e identificam os objetos que estão ao seu redor. Segundo nosso enfoque, pois, alfabetização não se confunde com um momento que se inicia repentinamente, mas é um processo de construção (KRAMER e ABRAMOVAY 1985 p. 104).

Observações feitas por Maluf (1987) no artigo “Alfabetização na pré-escola: conceitos e preconceitos”, a autora destaca que a alfabetização tem início antes da escola na condição formal, quando as crianças estão expostas às diferentes manifestações da linguagem escrita, podendo ocorrer de forma espontânea ou provocada, ou nunca ocorrer. As crianças urbanas adentram em contato, desde a

mais tenra idade, com a linguagem escrita, vivenciando situações de leitura corriqueiramente, afirma Souza (1989), no artigo “Alfabetização: iniciando uma conversa com os professores”. Para a autora, tal fato significa que a alfabetização tem início antes da entrada da criança na escola ou pré-escola, apresenta-se assim como um diferencial de vantagem para essas crianças, pois estão desde pequenas compreendendo sobre a função social da linguagem escrita, desigualmente das crianças das camadas populares que a linguagem não é apresentada com o mesmo grau de importância já que o uso se faz limitado, na vida diária dela e dos pares que fazem parte do seu meio.

Assim, ao distinguirmos a infância como uma construção social inserida em um contexto do qual as crianças participam ativamente como atores sociais de inegável direito, devemos, igualmente, considerá-las sujeitos aptos de interagir com as letras e símbolos construídos socialmente. Para Sarmiento e Pinto(1997):

As culturas infantis não nascem no universo simbólico exclusivo da infância, este universo não está fechado – muito pelo contrário, é mais que qualquer outro, extremamente permeável – tão pouco está distante do reflexo social global. A interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode realizar-se no vazio social, e necessita sustentar-se na análise das condições sociais nas quais as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem. (PINTO, SARMENTO: 1997, p. 22).

Admitindo-se que o processo de alfabetização começa antes da entrada da criança na escola, Góes (1984), no artigo “Critérios para avaliação de noções sobre a linguagem escrita em crianças não alfabetizadas”, discorre duas pesquisas por ela desenvolvidas. Em uma delas, baseia-se tanto na perspectiva construtivista, quanto na histórico-cultural, analisando a inquietação do caráter simbólico da linguagem escrita e afirma que as produções escritas das crianças apresentam uma evolução que vai do rabisco à escrita convencional. Na outra pesquisa, ao avaliar a progressão das crianças no domínio das relações entre a linguagem oral e a escrita e na aprendizagem a autora confirma a ideia anteriormente exposta quanto a evolução. Nas palavras de Góes (1984):A análise das formas como as crianças lidam com situações de cópia, escrita livre, ditados, etc., estando na faixa dos quatro ou cinco anos, apresentam muitos avanços na direção da aprendizagem do sistema escrito, nessas fases em que ainda não lêem ou escrevem isto é não estão lendo mas sim em processo de alfabetização (p. 4).

De acordo com Sampaio (1993, p. 53), para debater a alfabetização na

educação infantil é necessário não apenas refletir sobre sua função, mas também sobre os conceitos de alfabetização. Alfabetização compreendida, neste artigo, como um processo em construção constante que tem como início desde o primeiro dia de vida da criança, concebendo como o ato (e também a reflexão sobre) o ler e o escrever as diferentes linguagens do/com/para o mundo.

Acredito como Kramer e Abramovay (1985, p. 105) que — a alfabetização na educação Infantil vai além o saber as vogais, o escrever o nome, ou o contar de zero a dez, da mesma forma que vai além de uma simples formação de hábitos e da abstrata proposta de desenvolver integralmente a criança.

Desta maneira, a alfabetização na educação infantil, extrapolando o saber as vogais, a escrita do nome..., deve dar sentido à aprendizagem da leitura e da escrita possibilitando o aluno perceber o sentido nesta forma de comunicação e compreender a função social da escrita (SAMPAIO, 1993, p. 60), ou seja, a educação infantil além de alfabetizar deve mostrar o mundo.

Steyer (2001), destaca no texto “Escrita e leitura na educação infantil: um mundo de possibilidades”, os resultados obtidos de uma pesquisa sobre como crianças de diferentes idades (5 a 8 anos) exibiam seus textos no processo de aquisição da linguagem escrita. Para isto, considerou diferentes trabalhos que destacavam a leitura e a escrita na educação infantil. Com base nos estudos de Ferreiro e Teberosky sobre a psicogênese da escrita, a autora afirma que as crianças já leem e escrevem antes mesmo de ingressarem na 1ª série. Isso ocorre porque desde as primeiras relações que mantêm com diferentes portadores de textos disponíveis no que vivem, as crianças constroem hipóteses sobre o que é ler e escrever.

Perez (1993), no texto “Com lápis de cor e varinha de condão... um processo de aprendizagem da leitura e da escrita” sustenta-se na teoria histórico-cultural, destacando que a aprendizagem da leitura e da escrita não acontece de forma gradativa, pois é um processo de transformação de simbolismos na criança. Para a autora, a aprendizagem, no seu início, não provoca um desenvolvimento acabado inalterado; pelo contrário, vivencia-se como processo de desenvolvimento Perez (1993):

O processo de aquisição da linguagem escrita é um processo de expansão e de extensão de um modo de descobertas. Falar, ler e escrever são instâncias de desenvolvimento integral do sujeito. Nas produções das

crianças observamos o ato de conhecer, conhecer não apenas a escrita da palavra, mas o mundo. A relação palavra/mundo revela que a palavra não é apenas um instrumento de comunicação, mas um momento de revelação de conhecimentos/consciência, intuição/imaginação, fantasia/desejo. (PEREZ, p. 103).

O processo de alfabetização começa antes da entrada da criança na escola estendida durante a escolarização. Assim, a educação infantil identifica-se em um dos momentos do processo de alfabetização das crianças. Afirmando essa ideia, Junqueira Filho (2001), autor do texto “Conversando, lendo e escrevendo com as crianças na educação infantil”, explica que utiliza os verbos ler e escrever no gerúndio para, já no título do texto, explicar que a aprendizagem da leitura e escrita é um processo que se estende após a educação infantil: “[...] na educação infantil, estaremos, em processo, lendo e escrevendo com as crianças, ou seja, começaremos a exploração da linguagem escrita com elas e continuaremos a fazê-lo” (Junqueira Filho, 2001, p. 141).

De acordo com Cavalcanti (1997), organizadora do livro *Alfabetizando*, apresenta a ideia de processo de alfabetização prolongado, ou seja, que não tem término em uma determinada série, mas avança pelos anos iniciais de uma vida escolar. Para isso, é preciso que compreenda-se “[...] ler e escrever sejam compreendidos como práticas que envolvem uma dimensão pessoal, lúdica e prazerosa, e que são interdependentes, intimamente relacionadas e fruto de um processo longo, difícil e extremamente enriquecedor” (Cavalcanti, 1997, p. 3). Ela entende a alfabetização como um “[...] processo psicogenético de construção de conhecimento sobre a Língua Escrita e as práticas sociais que lhe são derivadas: ler e escrever”. (Cavalcanti, 1997: VII).

Reverendo a forma de conceituar o processo de alfabetização destaca-se a parte significativa dos textos selecionados no que afirmam os autores amplo conceito à alfabetização, ao afirmarem que ela é um processo que envolve, além da aprendizagem do código, o reconhecimento das finalidades da linguagem escrita, seus usos e suas funções, cujo início ocorre antes mesmo de a criança entrar na escola, desde que ela esteja exposta a mostras de leitura e escrita e dando continuidade na Educação Infantil e conseqüentemente num processo contínuo de aprendizagem.

Para Freire o exercício da leitura “não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas (...) se antecipa e se alonga na

inteligência do mundo. II (1989, p. 09) Segundo o autor — (...) a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. II (ibidem, p.13)

Isso quer dizer que desde que somos idealizados realizamos leituras do mundo – vamos buscando compreender e interpretar o mundo no qual vivemos. E a linguagem escrita faz parte desse mundo. Freire (1989):

Na verdade, tanto o alfabetizador quando o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto como laço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido. Como eu, o analfabeto é capaz de sentir a caneta, de perceber a caneta e de dizer caneta. Eu, porém, sou capaz de não apenas sentir a caneta, perceber a caneta, de dizer caneta, mas também de escrever caneta e, conseqüentemente, de ler caneta. (FREIRE, 1989, p.13)

Ambos, os autores rescindiriam com as teorias que não se manifestam claramente aos chamados “métodos tradicionais de alfabetização” que revolucionara cada uma o seu modo, a compreensão sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Como afirma Soares (2004) que esse momento corresponde ao movimento de redefinição do conceito de alfabetização, o qual passou a ser visto em sentido amplo, como foi destacado nos textos aqui analisados que fazem referência ao processo de alfabetização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o maior documento a receber sugestões e contribuições da sociedade durante a sua elaboração. Em elaboração desde 15 de setembro de 2015, o portal da Base recebeu, até 30 de novembro, cerca de 4,2 milhões de contribuições de 119 mil professores, 3,1 mil estudantes, 1,6 mil pais, 1,8 mil organizações da sociedade civil, pesquisadores e 21,3 mil escolas públicas e privadas, afim de construir um documento democrático.

A Base Nacional Comum está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor em 2014. É ela quem vai definir, quais são os "objetivos de aprendizagem" a serem considerados pelos professores e coordenadores na hora de elaborar o projeto pedagógico da escola e o currículo das aulas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. É necessária a certeza de

que os conteúdos não são naturais ou imutáveis, ou seja, podem sofrer contestações e questionamentos. A certeza é a de que devem oferecer a oportunidade por excelência de realizações em favor das aprendizagens humanizadoras, ou seja, aquelas que propiciam a formação do que é essencialmente humano para nossas crianças da educação Infantil. Um novo currículo deve surgir em defesa da formação plena do indivíduo, aproximando-o das conquistas humanas criadas pelas gerações anteriores (SAVIANI, 1991, apud MELLO, 2002).

A Base Nacional Curricular na Educação Infantil nos traz quanto a alfabetização várias indagações e pontos falhos quanto ao seu entendimento na Educação Infantil e como proceder no desenvolvimento cognitivo das crianças nesta fase de aprendizagem como neste ponto escrito “a área de Linguagens trata dos conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em práticas de linguagem, em variadas esferas da comunicação humana, das mais cotidianas às mais formais e elaboradas” (BNC p. 29). Ou até mesmo nesta afirmação também citado na Base Nacional Curricular em relação a Educação Infantil:

A imersão na cultura escrita deve partir do que a criança conhece das curiosidades que ela deixa transparecer, instigando-a a pensar, a formular hipóteses sobre a escrita, a dialogar com seus pares e com os adultos sobre essas curiosidades, a participar de situações de leitura e de escrita, aprendendo a ler o mundo das imagens, das letras, dos números, das palavras e dos textos. (BNC p. 73)

Assim para que o uso dos pressupostos da BNCEI faça diferença na educação de cada criança se faz necessário suscitar processos formativos e de reestruturação do que é realmente alfabetizar na educação Infantil. Este caminho longo que não se caracteriza como somente a aprendizagem de letras e sons é um processo que envolve o reconhecimento das finalidades da linguagem escrita que inicia antes da criança entrar na Instituição Infantil, que dá continuidade num processo contínuo, fruto de um processo longo difícil e extremamente enriquecedor.

5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BASE Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>> Acesso em: 7 dez. 2015.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

CAVALCANTI, Zélia (Org.). **Alfabetizando**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FREIRE, Madalena. **A formação permanente**. In: FREIRE, Paulo. **Trabalho, comentário, reflexão**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

GÓES, Maria Cecília R. Critérios para avaliação de noções sobre a linguagem escrita em crianças não alfabetizadas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, mai. 1984. n. 49. p. 3-14.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Conversando, lendo e escrevendo com as crianças na educação infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis (Orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 135-152.

KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A.; MORGADO, R. F. C.; TOYOFUKI, K. R. Jogo e letramento: crianças de 6 anos no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, jan./abr. 2011. v. 37, n. 1. p. 191-210.

_____. Alfabetização e letramento no contexto da educação infantil: desafios para o ensino, para a pesquisa e para a formação. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 134-155.

KRAMER. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, fev. 1985. n. 52, p. 103-107.

KRAMER; ABRAMOVAY, Miriam. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, fev. 1985. p. 13-17.

_____. **A pré-escola alfabetiza?** Criança. Brasília. 1983. n.5, p. 9-11.

LUCAS, M. A. O. F. **Os processos de alfabetização e letramento na educação infantil: contribuições teóricas e concepções de professores**. São Paulo, 2009. 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

MALUF, Maria Regina. Alfabetização na pré-escola: conceitos e preconceitos. **Educação e Sociedade**, São Paulo: Cortez, abr. 1987. n. 26, p. 133-144.

MELLO, Sueli Amaral. **Algumas contribuições da escola de Vygotsky para a compreensão dos problemas de indisciplina na escola**. Disponível em:

<http://www.redejesuitadeeducacao.com.br/pluginfile.php/208099/mod_resource/content/1/algumascontribuicoes.pdf> Acesso em: 7 dez. 2015.

PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. Com lápis de cor e varinha de condão... um processo de aprendizagem da leitura e da escrita. In: GARCIA, Regina Leite (Org.) **Revisitando a pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 78-107.

PINTO, M. & SARMENTO, J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga. CESC/Universidade do Minho, 1997.

PORTAL. Mec.gov.br/ por assessoria de comunicação social acessado. Disponível em: <https://youtu.be/jU9CM_DBxZE> Acesso em 24 jun. 2016.

SAMPAIO, Carmem Sanches. Alfabetização na pré-escola. In: GARCIA, Regina Leite (org.) **Revisitando a pré-escola**, São Paulo: Cortez, 1993.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, jan./abr. 2004.n. 25, p. 5-17.

SOARES, M. Alfabetização e letramento na Educação Infantil. **Pátio – Educação Infantil**, Belo Horizonte, jul/out 2009. Ano VII, n.20.

SOUZA, Solange Jobim. Alfabetização: iniciando uma conversa com os professores. In: **Criança**. Rio de Janeiro, jan. 1989. v. 6, n. 20, p. 22-24.

STEYER, Vivian Edite. Escrita e leitura na educação infantil: um mundo de possibilidades. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite (Orgs.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Canoas: ULBRA, 2001. p. 149-168.